
ATA SEI

387ª ATA DO CONSELHO DELIBERATIVO DO IPREVILLE

Aos vinte e sete dias do mês de novembro do ano dois mil e vinte e cinco, reuniu-se em modo híbrido o Conselho Deliberativo do Ipreville, para a realização de reunião **ordinária** agendada para às nove horas.

Fizeram-se presentes: Conselheiro Nato e Diretor-Presidente do Ipreville Guilherme Machado Casali; Conselheira Titular e Presidente deste Conselho Sahmara Liz Botemberger; Conselheira Titular e Vice-Presidente Ana Maria Dias da Costa Conselheiro Titular e Secretário Gustavo Polidoro; Conselheiros(as) Titulares: Ivan Ferreira de Araújo, Maria Matilde Koschnik Federico e Roberta Sellmer Pereira. Conselheiros(as) Suplentes: Carlos Roberto Caetano, Debora Cristine Leite Balsanelli, Temi Cristina Maes, Viviane Czarnobay e Conselheira Suplente Nata e Diretora-Executiva do Ipreville Cleusa Mara Amaral. Também estiveram presentes: Diretora Financeira do Ipreville Jucemeri Aparecida Fernandes Cabral, Sr. Eduardo Barão representando a SMI Consultoria de Investimentos e Roberto Araújo representando a Staff Auditoria e Assessoria. Registra-se que o Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Joinville e Região realizou a indicação de seus representantes neste Conselho, por meio do Ofício nº 94/2025, sendo o titular Nato o Diretor-Executivo do Sinsej Sr. D'Artagnan Júlifer Borges e como seu suplente o Secretário-Geral Sr. Maciel Fernando Frigotto. As nomeações serão regulamentadas, via Decreto Municipal, no Diário Eletrônico do Município. Feitos os registros, a Presidente deste Conselho, Sahmara Liz Botemberger, agradeceu a presença de todos e iniciou a reunião com a leitura da pauta. **1) Leitura, discussão e aprovação da ordem do dia** - Neste momento o Diretor-Presidente do Ipreville Guilherme Machado Casali solicitou a **inclusão de um item na pauta, a fim de atender o artigo 16 da Lei nº 9.964/2025, o qual trata da Composição do Comitê de Investimentos do Ipreville**. Casali explicou que o Conselho Deliberativo deve designar dois representantes para compor o Comitê de Investimentos e também aprovar os dois nomes (servidores efetivos) indicados pela Administração Superior. Diante do exposto e não havendo objeção por parte dos presentes, o assunto foi colocado em discussão. A Presidente deste Conselho, Sahmara Liz Botemberger explicou sobre a certificação específica necessária para ser integrante do Comitê, e por hora apenas ela e o Conselheiro Gustavo possuem essa certificação, porém incentivou os demais conselheiros a se certificarem também. Cabe ressaltar que essa certificação é válida para o Comitê de Investimentos e também para os conselhos. Dada as manifestações, ficou decidido que os(as) Conselheiros(as) Sahmara Liz Botemberger e Gustavo Polidoro continuarão sendo os representantes do Conselho Deliberativo no Comitê de Investimentos. Também aprovadas as indicações da Administração Superior, dos servidores efetivos Fabiane Heiderscheidt Moreira e Felipe Rafael Popovicz. E, registra-se que os representantes do Conselho Fiscal permanecem os mesmos. Isto posto, foi dada continuidade a reunião conforme pauta: **2) Apresentação e Deliberação da Política de Investimentos para 2026** - Com a palavra Eduardo Barão representando a SMI Consultoria de Investimentos, que esclareceu sobre o objetivo da política de investimentos, que é estabelecer o gerenciamento dos investimentos e desinvestimentos do RPPS, em conformidade com a Resolução CVM nº 4.963/21 e a Portaria MTP nº 1.467/22. O período de vigência é de um ano, a ser iniciada no primeiro dia do ano de 2026 e encerrada em 31/12/2026. Embora ela seja anual, a estratégia de investimentos é de médio e longo prazo, visando o objetivo do instituto que é a concessão de benefícios. Com isso, é estabelecida a meta de rentabilidade, o modelo de gestão (mista), as competências dos responsáveis, a gestão de risco da carteira (risco de mercado, de crédito e de liquidez), o plano de contingência, os limites e a estratégia alvo de investimentos. Barão trouxe uma projeção de como ficará o CDI no próximo ano, o qual indicou que superará a meta dos RPPS em 2026. Também demonstrou as taxas dos títulos públicos. Por fim, demonstrou outros pontos importantes relacionados a seleção de produtos, estratégias de investimentos e desinvestimentos, credenciamento das instituições, cadastro dos fundos, abertura das carteiras e política de transparência. Encerrando a apresentação da SMI o Diretor-Presidente do Ipreville Guilherme Machado Casali ressaltou que esse acompanhamento, essa abertura das carteiras dos próprios fundos nos faz ter esse controle. A Conselheira Sahmara Liz Botemberger frisou que é importante lembrar que o Ipreville é muito transparente em suas ações. Todas as documentações relacionadas a investimentos estão publicadas no site do instituto, para consulta. E complementou dizendo que o Instituto é muito conservador, porque visa benefícios. Há várias travas legais de segurança. A Diretora Financeira do Ipreville Jucemeri Aparecida Fernandes Cabral reforçou que é feita a análise, solicitado à consultoria para abrir a carteira e verificar o que tem dentro. Se está enquadrado ou não. O que o Fundo pode trazer de retorno em relação à nossa carteira. Então, toda essa análise é realizada antes de tomar qualquer decisão. Até antes mesmo de levar para o Comitê de Investimentos. O Conselheiro Ivan Ferreira de Araújo questionou sobre as informações do cenário, se são diárias. Jucemeri confirmou que sim, recebem diariamente informações sobre o cenário econômico, tanto da SMI como também de outras instituições. Dirimidas as dúvidas, a Política de Investimentos para 2026 foi colocada em votação e aprovada por unanimidade, conforme relatório encaminhado antecipadamente. Dando sequência a pauta, foi passada a palavra ao Sr. Roberto Araújo representante da Staff Auditoria e Assessoria para manifestar-se sobre o item **3) Apresentação da Auditoria do Balanço 2024** - Examinadas as demonstrações contábeis do Instituto (IPREVILLE), que compreendem os balanços patrimonial, financeiro e

orçamentário em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações das variações patrimoniais para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Foi então realizada uma análise de toda a movimentação financeira, aplicação, demonstrações contábeis e circularizações dos principais saldos. Com relação às demonstrações contábeis foram executados testes para verificar se estavam de acordo com as normas brasileiras relacionadas aos RPPS. Por fim, foi apresentado o Relatório dos Auditores Independentes, sem ressalvas. Conforme relatório, as demonstrações contábeis acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Ipreville em 31 de Dezembro de 2024. Apresentaram apenas algumas observações, que serão regularizadas pela administração. Após a apresentação, o Sr. Roberto se colocou à disposição para esclarecimentos. Guilherme Machado Casali comentou que essa prática da auditoria foi uma sugestão de inovação. Inclusive o Ipreville participou de um evento e foi premiado como finalista na categoria: transparência e prestações de contas no setor público. Para ele, o relatório da auditoria vem confirmar essa responsabilidade. A Diretora Jucemerí explicou que a auditoria do balanço é contratada para analisar o trabalho contábil realizado pelo Ipreville, e lembrou que o assunto não tem caráter deliberativo, sendo apenas para conhecimento. Diante do exposto, e sanadas as dúvidas, foi dada sequência a reunião conforme a pauta:

4) Relatório de Governança Corporativa - 3º Trimestre/2025 - A Conselheira Suplente Nata e Diretora-Executiva do Ipreville Cleusa Mara Amaral iniciou a apresentação explicando que nesse relatório estão descritas as deliberações dos Conselhos Administrativo e Fiscal; Ações do Controle Interno, da Consultoria Jurídica, da Área de Relacionamento, do Comitê de Investimentos, do Núcleo Gestor de Investimentos, e da Gerência Financeira (contribuições arrecadadas, receita de parcelamentos, valores dos imóveis conforme última avaliação, receita da alienação dos imóveis, compensação previdenciária, receita de investimentos, composição dos investimentos, despesas administrativas e previdenciárias, Pasep liquidado e o Patrimônio). Com relação a Gestão Atuarial, Cleusa trouxe dados atualizados mensalmente na contabilidade correspondentes as provisões matemáticas previdenciárias. Na sequência, apresentou as ações da Gerência de Previdência (gestão de benefícios, prova de vida, serviço social e educação previdenciária) e da Gerência Administrativa (compras, contratos, tecnologia da informação, gestão de pessoas e folha de pagamento dos aposentados). Por fim, foram exibidos os objetivos estratégicos e de impacto para o Planejamento Estratégico do Instituto, conforme última atualização. Após a apresentação e esclarecimentos, os conselheiros aprovaram o Relatório de Governança Coorporativa correspondente ao 3º trimestre deste ano. Dando sequência aos trabalhos, Cleusa iniciou a apresentação do item:

5) Apresentação e Deliberação do Relatório do Controle Interno - 3º Trimestre/2025 - Ela explicou que essa apresentação trimestral é uma exigência do Programa Pró-Gestão. Atualmente o Controle Interno do Ipreville faz a minucia apenas nos processos de concessão de aposentadoria/pensão. No relatório correspondente ao trimestre de julho a setembro, emitido pela Agente de Controle Interno do Ipreville Daniela Antoniely Gelinski Sampaio, consta as manifestações sobre todos os processos de concessão de aposentadoria e pensão. Foram analisados noventa processos, na integralidade, e registrado um resumo dos achados de verificação, com medida corretiva quando necessário. No relatório também consta uma tabela detalhada sobre o comprev, com os valores pagos e recebidos de outros Regimes Previdenciários. Também informa dados atualizados dos bloqueios de aposentadoria ou pensão por falta do recadastramento anual (prova de vida); Ações dos processos administrativos; Do Programa Pró-Gestão RPPS; Dos investimentos; Do Código de Ética; Da criação do Comitê de Integridade e Compliance do Ipreville e a elaboração do Plano de Integridade e Compliance pelo município; Dos registros de Ouvidorias; Das capacitações e visitas técnicas realizadas; Das certificações do Programa Pró-Gestão Nível III; Das certidões negativas de antecedentes criminais; Da participação no Programa e-Prevenção (sem alterações); Dos investimentos; E da conclusão e recomendações. Finalizando a apresentação e não havendo questionamentos sobre o relatório do Controle interno, o Relatório do Controle Interno foi colocado em votação e aprovado pelos conselheiros presentes. Na sequência, foi passada a palavra a Diretora Financeira Jucemerí Aparecida Fernandes Cabral que iniciou a apresentação do item:

6) Apresentação e Deliberação do Balancete Mensal - Outubro/2025 - Ela expôs as diversas receitas do Instituto, sendo contribuições previdenciárias, parcelamentos das contribuições, parcelamentos dos déficits atuariais e repasse do IRRF. Receitas dos imóveis, dos investimentos, a rentabilidade mensal e os índices. Demonstrou também as despesas liquidadas, o resultado previdenciário, o patrimônio do Instituto e os recursos da taxa de administração. Após análise da apresentação, o balancete foi aprovado pelo Conselho. Ainda com a palavra a Diretora Financeira do Ipreville para a apresentação do item

7) Apresentação e Deliberação do Relatório Mensal do Comitê de Investimentos - Outubro/2025 - Jucemerí iniciou comentando sobre a deliberação da proposta da Política de Investimentos, com algumas alterações/ajustes. O Comitê também deliberou sobre a aplicação no Fundo XP Selection Prime Institucional - FIP, aprovando o aporte de R\$10 milhões. Outra deliberação foi sobre os recursos que serão recebidos de cupom de juros e serão reinvestidos em NTN-B 2035. Em relação ao valor do cupom de juros referente aos títulos da carteira administrativa junto a XP Investimentos, esses serão realocados na carteira, de acordo com a proposta e decisão do gestor. Dando continuidade ao relatório do Comitê, Jucemerí demonstrou informações do cenário econômico (internacional e nacional), os investimentos e a rentabilidade das carteiras. Apresentou ainda a posição dos títulos públicos marcados na curva, as informações do ALM - Asset and Liability Management e, por fim, exibiu os repasses das contribuições, os recursos recebidos e os informes gerais. Isto posto e não havendo dúvidas por parte dos presentes, o Relatório Mensal do Comitê de Investimentos, correspondente ao mês de outubro, foi colocado em votação e aprovado por unanimidade. Últimos itens da pauta deliberativa:

8) Apresentação e Deliberação do Plano de Trabalho para 2026 e 9) Apresentação e Deliberação do Calendário de Reuniões para 2026 - A Diretora Cleusa explicou que esse plano de trabalho é uma das exigências do Programa Pró-Gestão, onde são inseridas tarefas a serem realizadas pelo Conselho no próximo ano. Não houve objeção por parte dos membros deste Conselho, nem sugestão de inclusão de novo tema. Quanto ao cronograma das reuniões, ficou definido manter as reuniões ordinárias nas quintas-feiras (mensalmente), às 9h, em modo híbrido. Considerando o prazo de fechamento do balanço e cálculo atuarial, e pelo fato do

sistema e-publica ficar indisponível por 10 dias no mês de fevereiro, não sendo possível qualquer movimentação contábil naquele período, registra-se que a reunião de janeiro será realizada na primeira semana de fevereiro e consequentemente no mês de março terão duas reuniões (no início e final do mês). Diante do exposto, os itens 8 e 9 da pauta foram devidamente aprovados pelos conselheiros presentes. **10)** **Informes Gerais - a)** O Ipreville recebeu o 1º lugar no 16º Prêmio Nacional de Boas Práticas de Gestão Previdenciária da ANEPREM; **b)** Com a aprovação da reforma administrativa, o Ipreville está estruturando algumas áreas, equipe técnica, inclusive agora com a Diretoria-Financeira, na pessoa da Jucemerí Aparecida Fernandes Cabral. **c)** Lembrou-se que no ano de 2026 o Ipreville completará 30 anos. **d)** Informado que a última reunião do ano, conjunta entre os Conselhos Fiscal e Deliberativo, acontecerá no dia 08 de dezembro de 2025, no Hotel Bourbon. Pauta a ser definida. Isto posto e não havendo nada mais a ser tratado, a reunião foi encerrada, e eu Tania Regina Senem, redigi a presente ata que após lida e julgada, será devidamente assinada:

Conselheiros presentes:

Sahmara Liz Botemberger

Presidente

Titular

Guilherme Machado Casali

Diretor-Presidente do Ipreville

Titular Nato

Ana Maria Dias da Costa

Vice-Presidente

Titular

Gustavo Polidoro

Secretário

Titular

Ivan Ferreira de Araujo

Titular

Maria Matilde Koschnik Federico

Titular

Roberta Sellmer Pereira

Titular

Cleusa Mara Amaral

Diretora-Executiva do Ipreville

Suplente Nata

Carlos Roberto Caetano

Suplente

Debora Cristine Leite Balsanelli

Suplente

Temi Cristina Maes

Suplente



Documento assinado eletronicamente por **Ivan Ferreira de Araujo, Servidor(a) Público(a)**, em 15/12/2025, às 09:52, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Guilherme Machado Casali, Diretor (a) Presidente**, em 15/12/2025, às 11:21, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Debora Cristine Leite Balsanelli, Usuário Externo**, em 15/12/2025, às 12:11, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Maria Matilde Koschnik Federico, Usuário Externo**, em 15/12/2025, às 13:26, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Sahmara Liz Botemberger, Coordenador(a)**, em 15/12/2025, às 13:31, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Temi Cristina Maes, Usuário Externo**, em 15/12/2025, às 14:04, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Cleusa Mara Amaral, Diretor (a) Executivo (a)**, em 15/12/2025, às 15:19, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Gustavo Polidoro, Servidor(a) Público(a)**, em 15/12/2025, às 16:27, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Viviane Czarnobay, Servidor(a) Público(a)**, em 16/12/2025, às 07:57, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Roberta Sellmer Pereira, Servidor(a) Público(a)**, em 16/12/2025, às 10:03, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Roberto Caetano, Usuário Externo**, em 16/12/2025, às 10:48, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **27796497** e o código CRC **OF85F305**.